

**O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE E AS DISCUSSÕES REALIZADAS EM TRABALHOS CIENTÍFICOS NO PERÍODO DE 2015-2023**

**THE ELEMENTARY EDUCATION OF NINE AND THE DISCUSSIONS HELD IN SCIENTIFIC WORKS IN THE PERIOD OF 2015-2023**

Recebido em: 28/09/2022

Aceito em: 12/07/2023

Queli Ghilardi Cancian<sup>1</sup> 

Andréia Florêncio Eduardo de Deus<sup>2</sup> 

Anilton Oliveira Silva<sup>3</sup> 

Vilmar Malacarne<sup>4</sup> 

**Resumo:** Ao longo dos anos, inúmeras transformações têm marcado o processo educacional, a ampliação do Ensino Fundamental foi uma delas. Buscando compreender como essas transformações têm sido recebidas e qual a compreensão do tema no ambiente acadêmico, esta pesquisa analisa publicações acadêmicas, especificamente, teses e dissertações que trataram a temática nos últimos cinco anos, entre 2015 a 2023. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica, orientada pela exploração de dados disponíveis on-line. Para levantamento dos dados utilizamos a base de dados da BDTD (Biblioteca brasileira de Teses e Dissertações), com um olhar para trabalhos cujo objeto de pesquisa tenha sido o ensino fundamental de nove anos, dessa forma, os descritores utilizados foram “ensino fundamental de nove anos”, os quais resultaram na análise de 11 trabalhos. A partir da análise dos textos selecionados, surgiram três categorias centrais, as quais se complementam, proporcionando uma visão panorâmica do Ensino Fundamental de nove anos, compreendendo a amplitude e a especificidade do tema. Os resultados apontam que o Ensino Fundamental de nove anos talvez não represente efetivamente um ganho substancial no desenvolvimento de crianças pequenas, como previsto pelo MEC; porém, é uma realidade consolidada, mas que precisa de constante aperfeiçoamento.

**Palavras-chave:** Ensino fundamental de nove anos; Relações; Impactos; Percepções; Implantação.

**Abstract:** Over the years, countless changes have marked the educational process, including the expansion of Elementary Education, marked by profound changes in curricular structures. Seeking to understand how these transformations have been received and what is the understanding of the subject in the academic environment, it was established in the analysis of the publications of theses and dissertations that dealt with the subject in the last five years, with a timeline from 2015 to 2023. This is a qualitative bibliographic research, guided by the exploration of data available online. For data collection, we used the database of the BDTD (Brazilian Library of Theses and Dissertations) works whose research object was nine years of elementary school, the descriptors used were “nine years of elementary school”, which resulted in the analysis of 11 works. From the analysis of the selected texts, three central categories emerged, which complement each other, providing a panoramic view of the nine-year Elementary School, comprising the breadth and specificity of the theme.

**Keyword:** Nine- year elementary school; Relations; Impacts; Perceptions; Implantation.

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: quelicancian@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna do Programa de Pós-graduação Educação Ciências e Educação Matemática da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: andreiaflorencio98@gmail.com

<sup>3</sup> Aluno do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: anilton.contato@gmail.com

<sup>4</sup> Professor da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: vilmar.malacarne@unioeste.br

## INTRODUÇÃO

Sempre que alterações profundas nas estruturas curriculares são suscitadas, diferentes aspectos e visões são também levantados. O ensino fundamental de nove anos foi implementado nacionalmente em 2006. Porém, ainda em 1998, foi publicado o primeiro parecer oriundo de consulta pública do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) referente à experiência e proposta da prefeitura de Porto Velho no estado de Rondônia.

Desde 1998, diferentes pareceres e resoluções antecederam a lei 11.274/06 que estabeleceu o novo formato em toda a educação básica brasileira. Tratavam-se de análises referentes à organização da primeira etapa do ensino fundamental, que fundamentaram as mudanças, orientações operacionais e pedagógicas para implementação do novo modelo.

Neste período, o CNE organizou sete encontros regionais para discussões, tais encontros foram realizados em Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Florianópolis/SC, São Luís/MA, Recife/PE, Rio Branco/AC e Goiânia/GO.

Estados e municípios tiveram, a partir da promulgação da lei 11.274/06, até o ano de 2010 para efetivarem o novo ensino fundamental em suas redes de ensino. Os argumentos para tais mudanças estavam ligados às questões sociais, como o direito das crianças de seis anos à educação formal, principalmente aquelas oriundas de classes populares.

Entre as famílias, a mudança foi marcada por inseguranças e incertezas. Uma vez que, seus filhos estariam entrando na escola com um ano de antecedência, os questionamentos sobre a maturidade das crianças eram frequentes.

Os professores também foram impactados, pois se tratava de uma nova organização tanto nos municípios quanto nos estados que receberam não mais a quinta série, mas o sexto ano. Houve necessidade de formação destes profissionais para a nova estrutura, porém, elas nem sempre foram suficientes, cabendo ao professor descobrir em sala de aula as consequências de tal mudança.

Passados quinze anos da publicação da lei 11.274/06, algumas discussões sobre as políticas curriculares brasileiras para a educação básica são necessárias. Desta forma, neste trabalho buscamos analisar as publicações de teses e dissertações que trataram dessa temática nos últimos cinco anos. Para tal, buscamos na BDTD (Biblioteca brasileira de Teses e Dissertações) trabalhos cujo objeto de pesquisa tenha sido o ensino fundamental de nove anos,

os descritores utilizados foram “ensino fundamental de nove anos” e o espaço temporal da busca foi 2015 a 2023.

## METODOLOGIA

Este trabalho teve o viés da pesquisa qualitativa, por meio de uma pesquisa exploratória bibliográfica. A análise bibliográfica “se embasa diretamente nas fontes científicas e materiais impressos e editados, como livros, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários, periódicos, artigos, teses, etc.” (CECHINEL, et al., 2016, p. 2324).

Para o levantamento dos dados foi realizada busca pelo “título” com o descritor “ensino fundamental de nove anos” no portal da BDTD, com espaço temporal de 2015 a 2023. Como filtro, determinou-se apenas a busca por trabalhos que constituíssem em seus títulos o determinado. A busca resultou em 16 trabalhos. Destes, trabalhos cinco foram descartados por não atenderem a proposta do estudo, assim a amostra analisada é representada por onze publicações entre 2015 e 2023, sendo duas teses e nove dissertações, as quais são identificadas no quadro 1.

QUADRO 1- SÍNTESE DOS TRABALHOS ANALISADOS

<b>Autor / Ano</b>	<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Título do trabalho</b>
CAMPOS, Flávia Roberta Velasco (2015)	Dissertação	O terceiro ano do ciclo de alfabetização no ensino fundamental de nove anos: o que dizem alunos e professores.
LEMA, Andressa Caroline Francisco (2015)	Dissertação	Agora é para alfabetizar, sim ou não? Análise dos discursos especializados sobre a idade certa para iniciar a alfabetização no contexto da ampliação do ensino fundamental de nove anos.
VIEIRA, Fabiana de Fátima (2015)	Dissertação	Avaliação do Ensino Fundamental de nove anos.
BEZERRA, Adma Soares (2016)	Dissertação	A infância no universo do 1º ano do ensino fundamental de nove anos obrigatório: o que revelam as crianças?

MACHADO, Rosângela Aparecida dos Reis (2016)	Tese	A implementação do Ensino Fundamental de nove anos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo
PERETTI, Tatiana (2016)	Dissertação	Perspectivas de alfabetização e letramento no Ensino Fundamental de nove anos.
PUGLIESE, Ebe Camargo (2016)	Dissertação	Implantação do Ensino Fundamental de nove anos e mudança educacional: estudo de duas experiências escolares no município de Taubaté/SP.
VILARINO, Josiane Benedito (2016)	Dissertação	O Ensino Fundamental de nove anos: as concepções das professoras a respeito dos três primeiros anos para o processo de aquisição da leitura e da escrita
CANEVER, Eliege Alves Demetrio (2017)	Dissertação	A inserção da criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos: Uma estratégia para delicadamente iniciar relacionamentos e comunicações.
MENDONÇA, Márcia Cristina Meneghin (2017)	Tese	A proposta Curricular para o Ensino Fundamental de nove anos e a prática docente: Um estudo sobre a rede municipal de Juiz de Fora
SILVA, Jaqueline Cristina da (2020)	Dissertação	Política de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos: percepções de professoras de uma escola da rede municipal de São Carlos – SP

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

Para análise do material selecionado, optou-se pela metodologia análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Segundo a autora, a análise de conteúdo designa-se em,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessa mensagem (BARDIN, 2016, p. 48).

A partir da análise do conteúdo desenvolvida nos trabalhos selecionados, emergiram três categorias *a posteriori* que são apresentadas nos resultados da pesquisa.

## A CONSTRUÇÃO DA LEI 11.274

O ensino fundamental de nove anos promoveu mudanças e discussões em espaços universitários e escolares, apesar de receber *status* de lei no ano de 2006 já era proposto no Plano nacional de Educação (PNE) em 2001. No ano de 2004 o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu discussões em âmbito nacional sobre a temática no formato de encontros regionais (SANTAIANA; FORELL, 2017). A ideia de igualdade de direitos sociais é fator preponderante na defesa da Lei 11.274/06, já que em questões pedagógicas “[...] o próprio documento adverte ser impossível a antecipação dos conteúdos e atividades da antiga 1ª série para o primeiro ano” (ESTRELA; ANDRADE, 2015, p. 23), apesar de, nas práticas escolares, essas condições terem ocorrido.

Nas escolas, as mudanças demandadas foram de ordem pedagógica, de formação docente e de estruturas físicas. Para as famílias, as inseguranças e, até desconhecimento do novo cenário, foi percebida no início da transição, conforme demonstram algumas pesquisas (ROSSONI, 2009; PERETI, 2016; SILVA, 2020). A fim de subsidiar o processo de implantação, o MEC publicou um documento intitulado “Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”. Considerando as características etárias, o documento enfatiza que as mudanças não podem se restringir a aspectos administrativos, nem ao âmbito pedagógico. As orientações também esclarecem que o maior tempo na escola, por si só, não garante melhor aprendizado (BRASIL, 2007).

O documento aponta ainda para a liberdade de organização dos sistemas de ensino na implementação do ensino fundamental de nove anos. Quanto à organização curricular, ele salienta que não se trata de antecipação de conteúdo da antiga primeira série, mas uma necessária reorganização curricular de todo o ensino fundamental tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Neste sentido, o documento destaca que “[...] a importância de um trabalho pedagógico que assegure o estudo das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento, igualmente necessárias à formação do estudante do ensino fundamental” (BRASIL, 2007, p. 8). Enquanto orientações pedagógicas, o documento apresenta nove textos de diferentes autores que abordam aspectos da infância e da educação que servirão de base para as propostas pedagógicas das instâncias competentes nos estados e/ou municípios. Tais textos foram organizados no quadro 2 com o título proposto no documento, os objetivos segundo a nossa

leitura e os autores. O quadro 2 relaciona esses textos, destacando o eixo, o objetivo e os autores de cada um deles.

QUADRO 2 - EIXOS ORIENTADORES

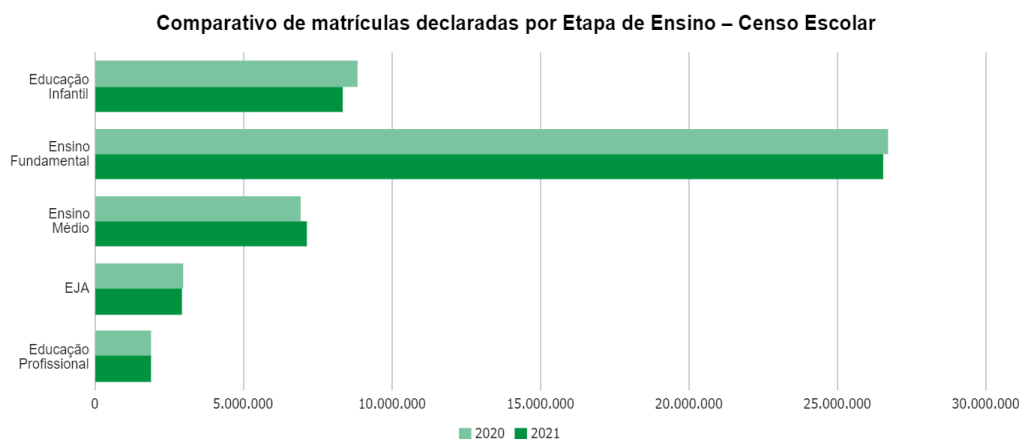
<b>Eixo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Autor</b>
A infância e sua singularidade	Pensar na infância, ser crianças como alicerce de construção pedagógica do currículo.	Sonia Kramer
A infância na escola e na vida: uma relação fundamental	Compreender a escola como espaço de vivência e convivência social com diferentes culturas, e com parte da constituição da cidadania.	Anelise Monteiro do Nascimento
O brincar como um modo de ser e estar no mundo;	Compreender o brincar como característica das crianças e como possibilidade de aprendizagens por meio de ações pedagógicas baseadas no lúdico.	Ângela Meyer Borba
Diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola	Compreender o desenvolvimento da criança por meio das diferentes expressões, a fim de propiciar o aprendizado respeitando as diferenças existentes.	Ângela Meyer Borba Cecília Goulart
A criança de seis anos e as áreas do conhecimento	Discutir a relação existente entre as diferentes áreas do conhecimento, o desenvolvimento da criança e as ações didático-pedagógicas possíveis.	Patrícia Corsino
Letramento e alfabetização: pensando a prática pedagógica	Discutir e analisar as práticas e concepções de alfabetização vigentes diante do cenário atual.	Telma Ferraz Leal Eliana Borges Correia de Albuquerque Artur Gomes de Morais
A organização do trabalho pedagógico: alfabetização e letramento como eixos orientadores	Pensar a organização escolar com base nas especificidades tendo como eixo a alfabetização e letramento.	Cecília Goulart

<p>Avaliação e aprendizagem na escola: a prática pedagógica como eixo da reflexão</p>	<p>A avaliação com foco na aprendizagem significativa de todos os estudantes.</p>	<p>Telma Ferraz Leal Eliana Borges Correia de Albuquerque Artur Gomes de Morais</p>
<p>Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma Possibilidade.</p>	<p>Apresentar propostas de trabalho docente.</p>	<p>Alfredina Nery</p>

**Fonte:** Adaptado de Brasil (2007)

De modo geral, ao longo desses quinze anos da publicação da lei 11.274/06, dados do censo escolar apontam para um crescimento das matrículas neste nível de ensino, porém, o cenário de pandemia a que o país e o mundo foram submetidos evidenciaram queda conforme demonstra a figura 1.

**FIGURA 1 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM 2020 - 2021**



**Fonte:** INEP (2021)

Ainda assim, é possível afirmar que o sistema escolar, as famílias e os alunos se adaptaram ao ensino de nove de anos. Porém, apesar da estrutura proposta, bem como, dos objetivos evidenciados na lei 11.274/06 buscarem a melhoria do ensino fundamental, assim como outras transformações na política educacional brasileira, a prática apresenta uma escala de diferença entre o proposto e o executado.



Para compreender as transformações provocadas pela implantação do ensino fundamental de nove anos, analisamos as pesquisas sobre a temática publicadas nos últimos cinco anos.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da leitura sistemática, os trabalhos foram organizados em três categorias, que compreendemos como eixos orientadores no desenvolvimento das pesquisas. Tal análise se deu a partir dos objetivos e questão de pesquisas identificadas nos trabalhos, que trataram com diferentes enfoques sobre das crianças com escola, as percepções dos professores sobre ensino fundamental de nove anos e o processo de implantação da política. As categorias e a relação entre o tipo de trabalho desenvolvido são apresentadas no quadro 3 a seguir.

QUADRO 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Categorias	Total de trabalho identificado por categoria		
	Teses	Dissertações	Total
As relações estabelecidas entre as crianças de seis anos e escola.	0	4	4
Percepções docentes sobre os impactos nos processos de ensino e aprendizagem decorrentes da implantação do ensino fundamental de nove anos.	0	5	5
O processo de implantação do ensino fundamental de nove anos: perspectivas políticas e curriculares.	2	1	3
<b>Total</b>	2	10	12

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Na categoria, **as relações estabelecidas entre as crianças de seis anos e escola**, os trabalhos analisam as múltiplas relações entre criança/escola, considerando inserção da criança de seis anos no ensino fundamental anos, os impactos positivos e substanciais das políticas, a compreensão da criança sobre a escola e as relações entre a infância e a cultura escolar. As discussões apresentadas nos trabalhos tratam das particularidades do “ser criança” definidas pelo modo de viver a infância e as relações estabelecidas com e na escola. Parte fundamental



constituída nessa relação é o diálogo, que de acordo com Kramer (2006), é parte fundamental para que transformações significativas ocorram no âmbito educacional.

Os trabalhos adequados a esta categoria discutem os desdobramentos do ensino fundamental de nove anos na perspectiva da criança, as fases de desenvolvimento, o processo de alfabetização. Bezzera (2016) aponta em seu trabalho as dificuldades de estudantes antes na pré-escola, e com mudança imposta pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, já no primeiro ano, com a escrita da letra cursiva “[...] não mais com a letra bastão, amplamente utilizada na educação infantil” (BEZZERA, 2016 p. 53). Tal condição percebida retrata uma realidade que contraria a lei, ou seja, os conteúdos do primeiro ano não poderão ser os mesmos da primeira série. Neste contexto, os trabalhos demonstram preocupações com o conceito de infância e o processo de inserção da criança no ensino fundamental de nove, e como esse processo pode ser compreendido, sendo ou não, uma vantagem social e educacional.

A categoria, **percepções docentes sobre os impactos nos processos de ensino e aprendizagem decorrentes da implantação do ensino fundamental de nove anos**, destaca as discussões sobre ampliação do ensino fundamental e as concepções docentes sobre o processo de alfabetização, as práticas avaliativas no 1º ano do ensino fundamental, a percepção dos professores sobre a adequação do ambiente escolar, o contato e a produção da criança no espaço escolar, as experiências cotidianas e a prática pedagógica.

Segundo os autores Campos (2015); Lema (2015); Machado (2016); Vilarino (2016) e Silva (2020), nesse período os professores encontraram dificuldades durante o processo de transição, muitas vezes pela ausência de oferta de formação e capacitação. Ao considerar a realidade muitos desses docentes não tinham experiência com a educação infantil, cujo trabalho se diferencia da escola e se pauta no educar e cuidar, porém, receberam em suas salas de aulas crianças que até então frequentavam centros de educação infantil ou viviam apenas com suas famílias. Nas falas das professoras entrevistadas Vilarino (2016) encontra a realidade da escola, ausência de formação em serviço, a entrevistada “[...] menciona que as professoras precisariam de mais espaços para fazer trocas. Há, ainda, outro aspecto que dificulta a troca de materiais didáticos: a falta de entrosamento entre as colegas” (VILARINO, 2016, p. 85), ou seja, mesmo com a pré-escola no mesmo espaço as professoras do segundo careciam de formação para atender as crianças do ensino fundamental de nove anos.

Na categoria **o processo de implantação do ensino fundamental de nove anos: perspectivas políticas e curriculares** são apresentadas as análises e discussões sobre o processo de implantação do ensino fundamental de nove anos (visão da escola e da gestão municipal), o processo de implantação curricular do ensino fundamental de nove anos, análises do projeto político-pedagógico, a caracterização da alfabetização e letramento a partir da política. No cerne da categoria se estabelece a mediação e a compreensão entre as políticas internacionais e as políticas nacionais da ampliação do ensino fundamental, bem como o processo de implantação dessas políticas ao nível micro.

Machado (2016) colabora ao expor que,

Quando pensamos numa política educacional, do processo de formulação das políticas em nível nacional até sua concretização em níveis locais, entendemos que há um amplo caminho marcado por discursos e que, portanto, não há sentido a compreensão verticalizada das políticas, porque o processo que envolve a produção de textos legais resulta de uma complexidade de elementos, difíceis de ser captado se considerarmos apenas um contexto, sejam aqueles mais amplos ou específicos (MACHADO, 2016, p. 22).

No sentido, compreende-se a complexidade envolvida no processo e práticas da análise das políticas, na perspectiva de interpretar e considerar os inúmeros sujeitos envolvidos pelo processo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos. Nesta direção Plugliese (2017), aponta para o distanciamento entre o texto e as orientações da política e ações desenvolvidas nas escolas no processo de transição para o ensino fundamental de nove anos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Ensino Fundamental de nove anos estabelecido na Lei 11.274/06 preconizou a obrigatoriedade da matrícula da criança de seis anos no Ensino Fundamental, o que por vez, implicou aos sistemas de ensino, entre outros aspectos, repensar a proposta pedagógica da escola, a fim de assegurar o direito à educação de qualidade a todas as crianças a partir dos seis anos de idade.

A proposta do Ministério da Educação (MEC) pautou-se em assegurar à criança, principalmente aos filhos de famílias carentes, maior oportunidade de acesso à educação de qualidade, uma vez que, as classes sociais mais abastadas já mantinham seus filhos pequenos na rede particular de educação.

Passados quinze anos da publicação da lei e onze do prazo para sua total implementação nos sistemas de ensino, a partir da análise dos estudos, compreende-se que as mudanças no ensino fundamental com a inserção de mais um ano, por um lado, possibilitaram maior acesso à educação não só em escolas, mas também em centros de educação infantil. Nesse sentido, é possível dizer que os objetivos sociais previstos foram alcançados.

Por outro lado, alguns problemas foram apontados, dentre eles, a ausência por parte do poder público no que se refere à formação dos professores. Nos trabalhos analisados, foram destacadas falas de professores que demonstravam insegurança com a mudança. Em relação às questões pedagógicas, pode-se dizer que as primeiras turmas enfrentaram dificuldades com a ministração de conteúdos que só aprenderiam um ano mais tarde.

Neste sentido, pondera-se a importância da prática pedagógica peculiar ao atendimento especializado à criança pequena, considerando o papel histórico da inserção da criança de 6 anos em instituições de Educação Infantil, e a necessidade de se alfabetizar crianças do 2º ano, sobrecarregando os alunos com trabalhos escolares, inúmeras vezes, incompatíveis com sua faixa etária.

Outro ponto importante nesta discussão são os questionamentos quanto ao processo de alfabetização, a compreensão de pais e professores estabelecida antes da mudança provocou também incoerências na organização pedagógica das escolas. Quando as crianças precisam aprender a ler? Apesar de o documento orientador prever a não equivalência de conteúdos da 1ª série com o 1º ano, tal condição ocorreu e nos arriscamos a dizer que ainda ocorre, uma vez que os trabalhos analisados dizem respeito aos últimos cinco anos.

Com base nas análises desenvolvidas, podemos afirmar que o ensino fundamental de nove anos tem potencialidades e limites. Potencialidades quando sua oferta a uma faixa etária em pleno desenvolvimento e descoberta do mundo; quando possibilita a classes menos favorecidas espaço de convivência, construção de identidade e relações sociais e aprendizagem.

Os limites identificados são relativos a ausências formativas e estruturais. A formação e capacitação dos professores é peça fundamental no desenvolvimento da aprendizagem. Neste sentido, as alterações curriculares pedagógicas não acompanharam a implementação da lei. Neste quesito, podemos afirmar ser uma prática comum em nosso país a mudança pela mudança, sem discussões com aqueles que atuam diretamente na ponta do sistema. Dessa forma, compreendemos que o Ensino Fundamental de nove anos talvez não represente

efetivamente um ganho substancial no desenvolvimento da criança pequena, como previsto pelo MEC, porém, é uma realidade consolidada, mas que precisa de constante aperfeiçoamento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. INEP. **Censo Escolar**. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – Inep. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 11.274 de fevereiro de 2006**. Diretrizes e bases da educação nacional, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm) . Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. **Ensino Fundamental de nove anos orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. 136 f. 2º Ed. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf> . Acesso em 30 nov. 2020.

CAMPOS, Flávia Roberta Velasco. **O terceiro ano do ciclo de alfabetização no Ensino Fundamental de nove anos: o que dizem alunos e professores**. 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista. Araraquara, SP. 2015.

BEZERRA, Adma Soares. **A infância no universo do 1º ano do ensino fundamental de nove anos obrigatório: o que revelam as crianças?** 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea). Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru. 2016

CANEVER, Eliege Alves Demetrio. **A inserção da criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos: Uma estratégia para delicadamente iniciar relacionamentos e comunicações**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, SC. 2017.

CECHINEL, Andre; FONTANA Silvia Aparecida Pereira; GIUSTINA Kelli Pazeto Della; PEREIRA, Antonio Serafim; PRADO Silvia Salvador do. UNESC **ESTUDO/ANÁLISE DOCUMENTAL: UMA REVISÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA**. Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/Junho 2016. Criar Educação – PPGE – UNESC.

ESTRELA, Sineide Cerqueira.; ANDRADE, Maria Eurácia Barreto. **A inclusão de crianças de Seis Anos no Ensino Fundamental**. Editora CRV, 2015.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil é fundamental. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.

LEMA, Andressa Caroline Francisco. **Agora é para alfabetizar, sim ou não? Análise dos discursos especializados sobre a idade certa para iniciar a alfabetização no contexto da**

**ampliação do ensino fundamental de nove anos.** 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MACHADO, Rosângela Aparecida dos Reis. **A implementação do Ensino Fundamental de nove anos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo.** 2016. 165f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Nove de Junho. São Paulo, 2016

MENDES, Talita. **A inserção da criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos: Uma estratégia para delicadamente iniciar relacionamentos e comunicações.** 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2017.

MENDONÇA, Márcia Cristina Meneghin. **A proposta curricular para o ensino fundamental de nove anos e a prática docente: um estudo sobre a rede municipal de Juiz de Fora.** 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, SP. 2017

PERETTI, Tatiana. **Perspectivas de alfabetização e letramento no Ensino Fundamental de nove anos.** 2016. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fronteira Sul. Chapecó, SC. 2016.

PUGLIESE, Ebe Camargo. **Implantação do Ensino Fundamental de nove anos e mudança educacional: estudo de duas experiências escolares no município de Taubaté/SP.** 2016. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 2016.

RONSONI, Marcelo Luis. O Ensino Fundamental de Nove Anos: uma análise da implantação no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria/RS. In: **IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia - ESBPq - Políticas e práticas educativas: desafios da aprendizagem,** 2009, Curitiba.

SILVA, Jaqueline Cristina da. **Política de ampliação do ensino fundamental para nove anos: percepções de professoras de uma escola da rede municipal de São Carlos-SP.** 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, SP. 2020.

VIEIRA, Fabiana de Fatima. **Avaliação do Ensino Fundamental de nove anos.** 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2015.

VILARINO, Josiane Benedito. **O Ensino Fundamental de nove anos: as concepções das professoras a respeito dos três primeiros anos para o processo de aquisição da leitura e da escrita.** 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. 2016.